

OPERAÇÃO ACOLHIDA E O DISCURSO DA EXTREMA-DIREITA EM RORAIMA: CORRELAÇÕES ENTRE MIGRAÇÃO, AJUDA HUMANITÁRIA E SECURITIZAÇÃO NA FRONTEIRA BRASIL-VENEZUELA

Eduardo Gomes da Silva Filho

Universidade Federal de Roraima

<http://lattes.cnpq.br/6852094623180307>

<https://orcid.org/0000-0002-3630-6904>

E-mail: eduardo.filho@ufr.br

DOI-Geral: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2026.V5N1>

DOI-Individual: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2026.V5N1-25>

RESUMO: Este artigo analisa a Operação Acolhida, implementada pelo Estado brasileiro em Roraima como resposta ao fluxo migratório venezuelano, articulando dimensões humanitárias, militares e securitárias. Argumenta-se que, além do caráter logístico e de assistência, a operação tornou-se terreno de disputa discursiva, especialmente pela extrema-direita, que ressignificou a presença dos migrantes a partir de noções de ameaça à identidade nacional, sobrecarga dos serviços públicos e insegurança nas fronteiras. O estudo evidencia como a chegada dos venezuelanos foi apropriada por narrativas políticas que reforçam agendas securitárias e identitárias, influenciando debates nacionais sobre soberania, defesa e políticas migratórias. Assim, a Operação Acolhida emerge como um caso emblemático da intersecção entre migração, ajuda humanitária e disputa ideológica.

PALAVRAS-CHAVE: Operação Acolhida. Migração. Extrema-direita. Fronteira. Discurso político.

OPERATION ACOLHIDA AND THE FAR-RIGHT DISCOURSE IN RORAIMA: CORRELATIONS BETWEEN MIGRATION, HUMANITARIAN AID, AND SECURITIZATION AT THE BRAZIL–VENEZUELA BORDER

ABSTRACT: This article analyzes Operation Acolhida, implemented by the Brazilian State in Roraima as a response to the Venezuelan migratory flow, articulating humanitarian, military, and securitarian dimensions. It argues that, beyond its logistical and assistance character, the operation became a discursive battleground, particularly for the far right, which reframed the presence of migrants through notions of threat to national identity, strain on public services, and insecurity at the border. The study highlights how the arrival of Venezuelans was appropriated by political narratives that reinforce securitarian and identitarian agendas, influencing national debates on sovereignty, defense, and migration policies. Thus, Operation Acolhida emerges as an emblematic case of the intersection between migration, humanitarian aid, and ideological dispute.

KEYWORDS: Operation Acolhida. Migration. Far right. Border. Political discourse.

INTRODUÇÃO

A segurança e a soberania de uma nação são preocupações primordiais para a estabilidade e o desenvolvimento de qualquer Estado. No contexto brasileiro, em particular na Amazônia, a Defesa Nacional, por meio da presença militar, desempenha um papel crucial na garantia da integridade territorial, na proteção dos interesses nacionais e na preservação da soberania.

Nesse contexto, no âmbito das Operações Interagências e do ordenamento de fronteira, destaca-se a Operação Acolhida. Desse modo, o Exército Brasileiro é responsável pelo ordenamento da fronteira, pautado em ações de patrulhamento e vigilância. Atua diretamente em espaços físicos na fronteira do Brasil com a Venezuela, no município de Pacaraima – RR, no posto de controle e na estação de fronteira, com ênfase na ajuda humanitária, na cooperação internacional e em atividades ligadas à inteligência, treinamento e capacitação da tropa.

A principal motivação para a sua instalação decorreu da crise política e socioeconômica que a Venezuela enfrenta nos últimos anos, culminando em uma crise humanitária sem precedentes, fruto dos embargos econômicos norte-americanos, da crise no sistema petrolífero e das ações centralizadoras dos governos mais recentes, como nos casos das administrações de Hugo Chávez e Nicolás Maduro.

“As pessoas continuam deixando a Venezuela para escapar da violência, da insegurança e das ameaças, assim como da falta de alimentos, remédios e serviços essenciais” (Carvalho Filho, 2022, p. 8). Seu primeiro coordenador operacional foi o general de Divisão Eduardo Pazuello, que permaneceu à frente do comando da operação durante o ápice da crise migratória e passou o comando ao general de Divisão Antônio Manuel de Barros em 2020 (Brasil, 2020).

Em síntese, a causa política está associada à subida de um governo que impede a sua fiscalização pelos outros poderes do Estado. Gerou-se um desequilíbrio de poder na qual as ações do executivo impactaram negativamente todo o conjunto da sociedade local. A causa econômica foi gerada pelos impactos da desvalorização do barril de petróleo que ocasionou a perda do poder aquisitivo do país. Soma-se a isso a inviabilidade financeira na aquisição de gêneros básicos à população, haja vista a dependência que tem de produtos importados. A crise social é uma consequência direta das anteriores. Os rumos errôneos tomados

pela classe política, aliados à incapacidade em fornecer alimentos, remédios e serviços básicos de qualidade à sua população, levaram a um estado de turbulência que elevou a níveis alarmantes a violência e a pobreza (Barboza, 2022, p. 31).

Com o exposto acima, diante do agravamento da situação e do avanço da crise humanitária, o governo brasileiro decidiu federalizar a resposta humanitária, instituindo, em 2018, a Operação Acolhida. Inicialmente, ela foi criada pela Medida Provisória n.º 820/2018, durante o governo do ex-presidente Michel Temer (Brasil, 2018).

Posteriormente, essa medida foi convertida pelo Congresso Nacional na Lei n.º 13.684/2018 (Brasil, 2018), que regulamentou as ações de assistência emergencial para o acolhimento de pessoas

Em situação de vulnerabilidade decorrente do fluxo migratório provocado pela crise humanitária venezuelana e instituiu o Comitê Federal de Assistência Emergencial, regulamentado pelo Decreto n.º 9.970, de 14 de agosto de 2019 (Brasil, 2019).

Em 2021, o decreto foi revogado e substituído por um novo. Trata-se do Decreto n.º 10.917, que atualizou as diretrizes para as ações do Comitê Federal de Assistência Emergencial (Brasil, 2021). Contudo, o Ministério da Defesa ainda publicou uma série de outros documentos, a fim de ratificar a segurança jurídica no âmbito da Operação Acolhida, conforme o quadro abaixo:

Quadro 1 - Normativos do MD sobre a Operação Acolhida

Documento	Finalidade	Ano de publicação
Diretriz Ministerial n.º 3/2018.	Autoriza a execução da Operação Acolhida.	2018
Instrução EMCFA n.º 1/2018.	Determina o estabelecimento da FT LOG HUM pelo EB.	2018
Instrução EMCFA n.º 4/2019.	Concepção estratégica, estrutura militar, governança e comando e controle da Operação Acolhida.	2019
Instrução EMCFA n.º 5/2019.	Substitui a IN n.º 3, sobre descentralização de recursos, governança, controle interno e acompanhamento do apoio logístico.	2019
Portaria GM-MD n.º 1.223/2021.	Institui a Secretaria-Executiva de Coordenação de Ações de Assistência - Emergencial SECAAE.	2021
Portaria EMCFA n.º 3.448/2022.	Prorroga o funcionamento da SECAAE.	2022

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nas normativas do MD.

Apesar do caráter humanitário e de integração das ações da Operação Acolhida, sua implementação também se insere em um contexto político mais amplo, no qual a percepção da migração venezuelana é mediada por discursos de segurança e de ameaça à ordem pública.

Apesar do caráter humanitário da Operação Acolhida, sua implementação ocorre em um contexto político mais amplo, em que a migração venezuelana é interpretada à luz de discursos de segurança e ameaça à ordem pública.

Em Roraima, esses discursos são reforçados por setores da extrema-direita, que associam a presença de migrantes a riscos à soberania, à estabilidade local e à segurança da população. Dessa forma, compreender a Operação Acolhida exige analisar não apenas suas dimensões humanitárias e operacionais, mas também como narrativas políticas e ideológicas influenciam a percepção da migração no Estado de Roraima.

METODOLOGIA

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de natureza analítico-interpretativa, combinando análise documental, revisão bibliográfica e análise crítica do discurso. O corpus empírico é constituído por normativas legais e institucionais que fundamentam a Operação Acolhida, documentos oficiais do Estado brasileiro e produções acadêmicas sobre migração, segurança, fronteiras e ajuda humanitária, além de matérias jornalísticas e posicionamentos públicos de atores políticos relevantes no contexto roraimense.

A análise é orientada pelo referencial teórico da securitização, entendida como o processo por meio do qual determinados atores políticos e midiáticos constroem a migração venezuelana como uma ameaça existencial à soberania, à ordem pública e à identidade nacional, legitimando medidas excepcionais e discursos de controle e exclusão. Nesse sentido, o estudo examina como setores da extrema-direita em Roraima mobilizam a presença dos migrantes venezuelanos para reforçar narrativas de insegurança, sobrecarga dos serviços públicos e risco fronteiriço, apropriando-se da Operação Acolhida como uma política de caráter humanitário e interagencial e como elemento simbólico para sustentar agendas securitárias e identitárias.

A metodologia, portanto, permite compreender a interação entre política pública, discurso ideológico e contexto fronteiriço, evidenciando os mecanismos pelos quais a migração é politicamente instrumentalizada no debate local e nacional.

A SECURITIZAÇÃO DA MIGRAÇÃO VENEZUELANA E O PAPEL DA MÍDIA: UMA ANÁLISE CRÍTICA

Embora a Operação Acolhida tenha caráter humanitário, sua implementação ocorre em um contexto político em que a migração venezuelana é frequentemente percebida como uma ameaça à segurança e à ordem pública. Em Roraima, setores da extrema-direita exploram essas percepções para reforçar narrativas de risco, associando os migrantes a problemas de soberania, sobrecarga dos serviços e insegurança local.

A cobertura jornalística desempenha papel central nesse processo. Exemplo disso pode ser observado em uma matéria publicada na revista CartaCapital em 2018, que destaca declarações de autoridades responsabilizando os migrantes por tensões sociais, reforçando percepções de perigo iminente, ainda que o contexto indicasse que a maioria das interações ocorria de forma pacífica e organizada. Naquele ano, a governadora de Roraima, Suely Campos, solicitou ao Supremo Tribunal Federal o fechamento das fronteiras e a remoção de imigrantes residentes no estado. Especialistas apontam que esse discurso contribuiu para o fortalecimento do sentimento de xenofobia na população local (Carta Capital, 2018).

Já a reportagem publicada pela revista eletrônica Agência Pública em 2024 chama a atenção para casos de violência e preconceito, ilustrando conflitos reais, mas sem contextualizar de forma suficiente a atuação humanitária coordenada pelo Exército. Nela, migrantes e trabalhadores denunciam atitudes xenofóbicas de vigilantes, militares e funcionários dos abrigos da Operação Acolhida. Esses relatos incluem comentários depreciativos sobre os venezuelanos, associando-os a comportamentos negativos e contribuindo para sua estigmatização (Agência Pública, 2024).

Por outro lado, análises da revista *Opera Mundi* evidenciam a instrumentalização política da crise migratória por setores do governo federal, mostrando como a narrativa

da ameaça é mobilizada para ganhos eleitorais, sem refletir a complexidade do fenômeno migratório. Na matéria, a operação é descrita como uma campanha de caráter militar, com participação das Forças Armadas e agências internacionais, que visa monitorar as chegadas, abrigar migrantes temporariamente e integrá-los à sociedade brasileira, mas sem evidenciar o caráter humanitário (Opera Mundi, 2023).

Essa interseção entre discurso político e cobertura jornalística contribui para a construção da migração como ameaça à ordem e à segurança pública, fenômeno amplamente discutido no âmbito da teoria da securitização. A ênfase desproporcional em episódios isolados de conflito ou desordem, aliada à escassa contextualização das dimensões humanitárias, reforça estigmas e legitima políticas restritivas. A análise crítica dessas matérias permite compreender não apenas os mecanismos de enquadramento da migração como risco, mas também como esses discursos influenciam a formulação de políticas públicas e a conformação de percepções sociais em regiões de fronteira.

Nesse sentido, a securitização da migração venezuelana em Roraima não se limita a um enquadramento abstrato de segurança, mas se materializa em discursos e práticas políticas concretas, fortemente ancoradas no contexto fronteiriço amazônico.

A extrema-direita local e nacional mobiliza a condição periférica e estratégica do estado, marcado por fronteiras internacionais, presença militar e fragilidades históricas em infraestrutura e serviços públicos, para sustentar narrativas de excepcionalidade e urgência.

A migração passa a ser apresentada como fator de desordem, ameaça à soberania territorial e risco à identidade nacional, convertendo questões sociais e humanitárias em problemas de segurança. Esse movimento discursivo reforça a legitimação de respostas militarizadas e restritivas, ao mesmo tempo em que obscurece as causas estruturais do fenômeno migratório e despolitiza a responsabilidade estatal na formulação de políticas de integração.

Assim, a Operação Acolhida, ao operar no limiar entre ajuda humanitária e controle fronteiriço, torna-se um elemento central na disputa simbólica sobre quem define o que constitui ameaça, proteção e pertencimento no espaço amazônico de fronteira.

Nesse contexto, a atuação da extrema-direita em Roraima revela-se particularmente nociva ao aprofundar processos de fragilização democrática e de violação de direitos de populações historicamente vulnerabilizadas. Ao instrumentalizar a migração venezuelana e a presença indígena como supostas ameaças à soberania, à ordem social e à identidade nacional, esses grupos produzem discursos excludentes que corroem princípios fundamentais do Estado Democrático de Direito, como a dignidade humana, a pluralidade e a igualdade perante a lei.

Tal retórica contribui para a normalização da xenofobia, do racismo e do preconceito contra povos indígenas, especialmente aqueles em mobilidade transfronteiriça e migrantes, legitimando práticas discriminatórias, violência simbólica e, em alguns casos, abusos institucionais. Além disso, ao deslocar problemas estruturais como precariedade dos serviços públicos e ausência de políticas integradas de desenvolvimento regional para a figura do “outro”, a extrema-direita desresponsabiliza o Estado e enfraquece o debate público qualificado.

Assim, a securitização promovida por esses setores não apenas compromete a eficácia das políticas humanitárias, como também ameaça a convivência democrática em um território marcado pela diversidade étnica, cultural e social, como é o caso da Amazônia roraimense.

ESTRUTURA E FUNCIONALIDADE DA OPERAÇÃO ACOLHIDA

A Operação Acolhida é estruturada em três eixos: o ordenamento de fronteira, sob responsabilidade do Ministério da Justiça; o acolhimento dos imigrantes; e a interiorização, ambos sob responsabilidade do Ministério da Cidadania. Para assegurar a efetividade das ações e a coordenação entre órgãos governamentais e interagências, foi instituída uma estrutura de governança sob os auspícios do Comitê Federal de Assistência Emergencial (CFAE), coordenado pela Casa Civil, com o apoio de diversos órgãos da administração pública. A coordenação operacional é realizada pela Força-Tarefa Logística Humanitária (FT Log Hum), que se organiza em quatro Subcomitês Federais:

- Subcomitê Federal de Recepção, Identificação e Triagem, coordenado pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública;
- Subcomitê Federal para Abrigamento, coordenado pelo Ministério da Cidadania;
- Subcomitê Federal para Interiorização, coordenado pelo Ministério da Cidadania;
- Subcomitê Federal para Ações em Saúde, coordenado pelo Ministério da Saúde.

Há ainda o apoio decorrente de parcerias estratégicas, com destaque para organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas - ONU, instituições religiosas, a exemplo da Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais (ADRA), além da sociedade civil, da iniciativa privada e da cooperação com Estados e Municípios. No âmbito do Ministério da Cidadania, desenvolvem-se ações de assistência aos imigrantes, que incluem triagens realizadas na área de acolhimento em Pacaraima, com procedimentos iniciais de registro e identificação.

Para tanto, foi estruturado um sistema de ordenamento e controle do acesso à fronteira brasileira, composto pelo Posto de Recepção e Identificação, no qual profissionais recebem e orientam os imigrantes e refugiados que atravessam diariamente a fronteira, realizando os procedimentos de identificação e controle de entrada.

Na mesma estrutura, também funciona o Posto de Atendimento Avançado, responsável por oferecer serviços médicos de emergência e por tratar os casos que exigem isolamento. Já no Posto de Interiorização e Triagem (PI-TRIG), são desenvolvidas ações de cadastro e regularização migratória, emissão de CPF e imunização contra a Covid-19.

No PI-TRIG de Boa Vista, é disponibilizado à população de migrantes e refugiados, por intermédio do *United Nations Population Fund* (UNFPA – Fundo de População das Nações Unidas), um aplicativo chamado Nina, que fornece informações sobre exploração sexual, violência de gênero, saúde sexual e reprodutiva, e direitos da população LGBTQIA+. O aplicativo foi desenvolvido pelo UNFPA com o apoio da União Europeia, está disponível em português, inglês e espanhol e pode ser acessado por meio

de *totens* localizados na sala do UNFPA. Além disso, no PI-TRIG, os usuários encontram informações sobre os endereços de locais de apoio e serviços complementares.

A Operação Acolhida oferece uma ampla gama de serviços e ações destinadas a atender os imigrantes e refugiados que chegam à fronteira brasileira. Entre essas ações estão a recepção e orientação dos migrantes, a identificação e controle de entrada, e a imunização. Também são realizados o cadastro e a regularização migratória das crianças, além da garantia de direitos fundamentais. Para os imigrantes em situação de vulnerabilidade, há oferta de abrigo com alimentação, cuidados de saúde, cursos de capacitação, oficinas específicas, atividades lúdicas e esportivas, artesanato e educação. Ademais, são disponibilizados serviços de emissão de CPF e atendimento social, em conformidade com os princípios e diretrizes do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

A operação contempla ainda a proteção e defesa de direitos, o alojamento temporário para migrantes que ainda não concluíram os procedimentos regulatórios e aguardam transferência para abrigos em Boa Vista, atenção médica de emergência e manejo de casos que exigem isolamento, bem como orientações jurídicas.

A execução dessas ações envolve a articulação de múltiplos órgãos e parceiros, incluindo o Estado-Maior do Exército, o 3.º Pelotão de Especial de Fronteira, o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), a Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais (ADRA), Estado-Maior Conjunto, a Força-Tarefa Logística Humanitária, o Ministério da Defesa, a Organização Internacional para as Migrações, a Polícia Federal e a Receita Federal.

Essas informações, constituem uma ampla rede institucional e foram analisadas por meio da lei de acesso à informação. Elas permitem coordenar de forma integrada as atividades humanitárias, logísticas e de controle migratório, garantindo atendimento e segurança tanto para os migrantes quanto para a população local (Brasil, 2011).

As relações interagências possuem uma hierarquia própria, que vai desde os acordos de cooperação e colaboração até as fases de coordenação e interação. Contudo, cabe ao Estado-Maior Conjunto (EMCj), constituído pela chefia do Estado-Maior, em

sinergia com a FT Log Hum em Roraima, a responsabilidade pela organização e estrutura da Operação Acolhida, conforme o exemplo abaixo:

De acordo com o MD 30-M-01, do Ministério da Defesa, a organização do Estado-Maior Conjunto (EMCj) se procede da seguinte maneira:

6.1.2 Ao Cmt Operacional, como autoridade única dentro de sua área de responsabilidade, cabe estabelecer, em consonância com o planejamento militar estratégico, a constituição do EMCj para gerenciar os aspectos indispensáveis ao cumprimento da missão.

6.1.3 O EMCj será constituído pela chefia do estado-maior e, em princípio, pelas seguintes seções:

- a) D1 – 1 a Seção – Pessoal;
- b) D2 – 2 a Seção – Inteligência;
- c) D3 – 3 a Seção – Operações;
- d) D4 – 4 a Seção – Logística;
- e) D5 – 5 a Seção – Planejamento;
- f) D6 – 6 a Seção – Comando e Controle;
- g) D7 – 7 a Seção – Comunicação Social;
- h) D8 – 8ª Seção – Operações Psicológicas;
- i) D9 – 9ª Seção – Assuntos Cíveis; e
- j) D10 – 10ª Seção – Administração Financeira.

6.1.4 Poderão ser criadas outras seções, em função da necessidade e da complexidade da missão. Da mesma forma, de acordo com a situação, poderá ser reduzido o número de seções, agrupando-se os elementos e tarefas das seções suprimidas em outras seções do EMCj (Pinheiro, 2022, p. 17).

A VIDA NOS ABRIGOS

Nos abrigos, os imigrantes e refugiados recebem três refeições diárias. Além disso, recebem fraldas para crianças recém-nascidas e participam de atividades culturais e de aulas de português. Os indígenas da etnia Warao são contemplados com matérias-primas para a confecção de seus artesanatos, que são vendidos no município de Pacaraima e na cidade de Boa Vista. Todos os abrigados têm segurança 24 horas por dia, além de suporte para contatos telefônicos com amigos e familiares.

O Abrigamento é um outro eixo que surgiu tendo em vista a situação de vulnerabilidade das pessoas desassistidas nas ruas e o impacto na sociedade local. Essa situação fez com que a Operação Acolhida dispensasse uma grande energia, a fim de dar uma resposta rápida à situação caótica em que se encontravam as cidades de Pacaraima e Boa Vista. Cada abrigo possui uma ONG contratada pelo ACNUR que é responsável pela gestão. Atualmente, trabalham nos abrigos as ONGs Fraternidade Internacional Humanitária, Fraternidade sem Fronteiras, Associação de Voluntários para o Serviço Internacional e o Conselho Norueguês de Refugiados. Cabem às Forças Armadas a alimentação,

atendimento de saúde, segurança, melhorias e reformas na infraestrutura e apoio à gestão (Oliveira, 2023, p. 276-277).

Até o ano de 2020, existiam 14 abrigos no estado de Roraima, dois deles localizados no município de Pacaraima. O BV-8 situa-se bem na fronteira com a Venezuela e trata-se de um abrigo de trânsito com capacidade para abrigar 2.000 pessoas. Já o abrigo *Janokoida* é exclusivo para indígenas, mas também recebe refugiados, com capacidade aproximada de 500 pessoas.

Em Boa Vista, destacam-se diversos abrigos destinados a migrantes e refugiados, cada um com perfil e funções específicas. O Latife Salomão atende famílias com crianças, mães solas, pessoas com deficiência e membros da comunidade LGBTQIA+. O Nova Canãa, próximo ao centro da cidade, recebe principalmente migrantes oriundos do ordenamento realizado na Rodoviária de Boa Vista.

O Pintelândia é exclusivo para indígenas, com capacidade para 640 pessoas, enquanto o Rondon 1, maior abrigo da América Latina, voltado a migrantes e refugiados não-indígenas, possui parceria com o Senac para oferta de cursos. O Rondon 2, gerido pela ACNUR, oferece aulas de costura e português, e o Rondon 3 funciona como abrigo de trânsito integrado à estratégia de interiorização. O Santa Tereza, inicialmente projetado para homens solteiros, atualmente acolhe também famílias e casais. Os abrigos São Vicente 1 e São Vicente 2 seguem perfil diversificado, enquanto o Tancredo Neves recebe apenas pessoas idosas e com necessidades específicas.

Em 2021, foram inaugurados dois novos abrigos: o Rondon 4, com capacidade para cerca de 800 migrantes, estruturado para promover bem-estar, atividades esportivas infantis e manutenção constante; e o Rondon 5, que concentra o Centro de Interiorização, fortalecendo a integração dos migrantes para o interior do país.

Em 14 de março de 2022, foi inaugurado, nas dependências do antigo abrigo Rondon 3, um novo abrigo exclusivo para atender a etnia indígena venezuelana Warao, além das etnias Enepã, Kariña e Pemón. Trata-se do abrigo Waraotuma a Tauranoko, cujo nome, na língua Warao, significa “a chegada do indígena à comunidade”.

Seu principal objetivo é proporcionar maior qualidade de vida aos indígenas atendidos pela Operação Acolhida, considerando as demandas apresentadas pelos

próprios indígenas e respeitando seus costumes e tradições. Esses abrigos são maiores do que os tradicionais, oferecendo mais espaço e conforto às famílias abrigadas. A administração do abrigo, realizada pelo ACNUR e pela FT Log Hum, também é responsável pelo tratamento de água e pelo saneamento básico.

Houve ampliação dos espaços de convivência, com a construção de uma quadra para práticas esportivas e de um parque de diversões destinado às crianças. Na área de convivência, os indígenas Warao produzem seu artesanato e se reúnem para discutir temas importantes, que culminam em tomadas de decisão e em formulação de pedidos de reivindicação.

Uma particularidade deste abrigo é sua proximidade com o Centro de Sustentabilidade e Integração Brasil-Venezuela, que tem como objetivo a promoção do desenvolvimento sustentável, promovendo a educação ambiental e a integração com outros grupos, indígenas e não indígenas.

O PROCESSO DE INTERIORIZAÇÃO

No que tange ao processo de interiorização, a Operação Acolhida atua em três níveis de gestão. O primeiro é a gestão estratégica, coordenada pelo Subcomitê Federal para Interiorização. O segundo é a gestão operacional, realizada por meio das ações desenvolvidas no Centro de Coordenação de Interiorização (CCI), sediado em Boa Vista e operacionalizado pela FT Log Hum. O terceiro refere-se à gestão tática, desenvolvida pelo Núcleo Regional de Interiorização (NURIN), que oferece toda a estrutura necessária para o acolhimento de refugiados e imigrantes.

[...] o planejamento, a execução e o monitoramento das ações inscritas na Operação Acolhida foram realizados no bojo dos acontecimentos e das demandas que emergiam cotidianamente relacionadas à necessidade de atendimento de milhares de pessoas. No entanto, ainda que os atendimentos urgentes fossem destacados como prioritários, o planejamento em prol de dirimir conflitos e dar eficácia ao processo foi pensado desde o início das ações (Daróz; Celestino, 2022, p. 100).

Logo, depreende-se, com base na análise dos autores citados, que o planejamento do processo de interiorização é primordial para o sucesso da Operação Acolhida. Ao ser executado, ele promove a realocação de imigrantes e refugiados para outras regiões do

Brasil, aliviando a pressão sobre a cidade de Boa Vista e contribuindo para sua integração à sociedade.

Com base nessas informações, observou-se que as estratégias aplicadas ao processo de interiorização dividem-se em três fases: a) pré-deslocamento; b) deslocamento; e c) pós-deslocamento. A fase de pré-deslocamento consiste na identificação de vagas e perfis, a fim de preparar os beneficiários que serão interiorizados.

Na fase de deslocamento, os beneficiários são enviados para outras cidades, com partidas de Boa Vista (RR) e Manaus (AM) em aeronaves da Força Aérea Brasileira (FAB). As ações de pós-deslocamento consistem na adoção de medidas para o acolhimento dos beneficiários em seus destinos finais, visando sua integração socioeconômica.

A equipe do ACNUR trabalha para incentivar a Interiorização por meio de sessões informativas nos abrigos, identificação de perfis interessados, realocações de pessoas dos abrigos para o Rondon 5, interlocução com a Força Tarefa Logística Humanitária da Operação Acolhida para gestão de processos de Interiorização liderados pelo ACNUR, registro de processos no Sistema de Gestão de Casos do ACNUR (proGresV4) e no Acolhedor, sistema da Operação Acolhida, e distribuição de itens não alimentícios (como mochilas, cobertores, etc) para pessoas que irão viajar (Acnur, 2023, p. 1).

“Por isso é importante afirmar que a interiorização, apesar de referir-se à etapa finalística do atendimento humanitário prestado na Operação Acolhida, foi planejada e estruturada desde o atendimento inicial” (Daróz; Celestino, 2022, p. 100). As ações de interiorização foram ampliadas conforme o aumento da demanda. Em 2018, por exemplo, cerca de 777 abrigados foram interiorizados (Franchi, 2019).

Dados mais recentes, de 2022, indicam que mais de 70 mil migrantes e refugiados foram interiorizados (Brasil, 2022). Para um acompanhamento mais claro e eficaz desses dados, foi desenvolvido um Painel de Acompanhamento de Interiorização, resultado de uma parceria entre o Ministério da Cidadania, responsável pela coordenação do Subcomitê Federal para Interiorização, e as agências ACNUR e Organização Internacional para as Migrações (OIM).

O ACNUR auxilia diretamente nesse processo por meio de duas modalidades de interiorização: a modalidade institucional, “que promove a realocação de pessoas de

abrigos de Boa Vista para Centros de Acolhida e Integração (CAI) em outros estados” (Acnur, 2023, p. 1); “e a modalidade Vaga de Emprego Sinalizada (VES), pela qual as pessoas deixam Boa Vista com uma oferta de emprego formal feita por uma empresa” (Acnur, 2023, p. 1).

Como observado, o suporte da Operação Acolhida, prestado pelo ACNUR, OIM, FT Log Hum e demais agências, envolve o planejamento e o abrigamento necessários ao seu funcionamento, incluindo a logística de levantamento dos locais onde os abrigos são construídos. Soma-se a isso a participação nas obras de infraestrutura, a oferta de alimentos, o atendimento médico, a disponibilização de cursos de português para migrantes e refugiados e a garantia de segurança (Franchi, 2019, p. 11).

Mesmo com todos os esforços realizados pelo Governo Federal e pelas demais agências envolvidas para lidar com o aumento desenfreado do fluxo migratório na fronteira do Brasil com a Venezuela, por meio das ações da Operação Acolhida, a questão continua distante de uma solução definitiva.

A magnitude do fenômeno migratório, aliada às complexidades sociais, econômicas e culturais, exige não apenas políticas de acolhimento emergenciais, mas também estratégias estruturadas de integração e interiorização que considerem as necessidades específicas dos grupos migrantes, incluindo indígenas e populações vulneráveis.

No contexto de Roraima, onde setores da extrema-direita exploram percepções de ameaça à segurança e à ordem pública, é fundamental que as políticas humanitárias e comunicacionais promovam a inclusão e a proteção dos migrantes, desmistificando narrativas xenofóbicas e reforçando a importância de uma convivência pacífica e organizada na região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste artigo permite compreender a Operação Acolhida como uma política pública complexa, situada na confluência entre ajuda humanitária, gestão migratória e segurança de fronteiras, cuja implementação extrapola

o campo técnico-operacional e se projeta no plano político e discursivo. Embora concebida como resposta emergencial à crise humanitária venezuelana, a operação passou a ocupar lugar central em disputas simbólicas mais amplas, especialmente em um contexto marcado pelo avanço de narrativas securitárias e identitárias no debate público brasileiro.

A partir do referencial da securitização, observou-se que a migração venezuelana em Roraima foi progressivamente enquadrada por setores da extrema-direita como uma ameaça à soberania, à ordem pública e à identidade nacional. Esse processo não apenas reconfigura a percepção social sobre os fluxos migratórios, como também legitima a adoção de discursos e práticas excepcionais, deslocando a migração do campo dos direitos humanos para o da segurança. Em um estado fronteiriço historicamente marcado por desigualdades estruturais, baixa capacidade estatal e forte presença militar, tal enquadramento adquire especial ressonância, potencializando seus efeitos políticos e sociais.

Nesse sentido, a instrumentalização da Operação Acolhida por atores da extrema-direita em Roraima revela impactos significativos sobre a qualidade do debate democrático e sobre a proteção de populações vulnerabilizadas, em especial migrantes e povos indígenas em mobilidade transfronteiriça. Ao atribuir a esses grupos a responsabilidade por problemas estruturais — como a precariedade dos serviços públicos e a fragilidade da infraestrutura regional —, tais discursos contribuem para a normalização da xenofobia, do racismo e da exclusão, ao mesmo tempo em que desresponsabilizam o Estado e esvaziam o debate público de suas dimensões estruturais e redistributivas.

Dessa forma, a Operação Acolhida emerge como um caso emblemático para os estudos de Relações Internacionais e de Segurança, ao evidenciar como políticas humanitárias podem ser ressignificadas em contextos de disputa ideológica e avanço do populismo de direita. Reconhecer seus êxitos logísticos e humanitários não implica ignorar os riscos políticos associados à sua apropriação discursiva. Ao contrário, reforça a necessidade de abordagens que articulem segurança, direitos humanos e democracia, especialmente em espaços fronteiriços estratégicos como a Amazônia, onde a convivência

entre diversidade, mobilidade e soberania constitui um dos principais desafios contemporâneos do Estado brasileiro.

FONTES E SÍTIOS ELETRÔNICOS

ACNUR. (2023). **Interiorização**. Disponível em:

<https://www.acnur.org/portugues/construir-futuros-melhores/solucoes-duradouras/integracao-local/interiorizacao/>. Acesso em: 04 nov. 2023.

AGÊNCIA PÚBLICA (2024). **Migrantes e trabalhadores denunciam preconceito contra venezuelanos na Operação Acolhida**. Disponível em:

https://apublica.org/2024/08/migrantes-e-trabalhadores-denunciam-preconceito-contra-venezuelanos-na-operacao-acolhida/?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 15 set. 2024.

BRASIL (2022). **Casa Civil. Mais de 70 mil refugiados e migrantes venezuelanos foram interiorizados no Brasil**. Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/acolhida/noticias/em-quatro-anos-mais-de-70-mil-refugiados-e-migrantes-venezuelanos-foram-interiorizados-no-brasil-1>. Acesso em: 04 nov. 2023.

BRASIL. (2019). Decreto n.º 9.970, de 14 de agosto de 2019. **Dispõe sobre o Comitê Federal de Assistência Emergencial**. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/d9970.htm#:~:text=DECRETA%20%3A,migrat%C3%B3rio%20provocado%20por%20crise%20humanit%C3%A1ria. Acesso em: 02 nov. 2023.

BRASIL (2021). Decreto n.º 10.917, de 29 de dezembro de 2021. **Dispõe sobre o Comitê Federal de Assistência Emergencial**. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/Decreto/D10917.htm#art9. Acesso em: 02 nov. 2023.

BRASIL (2018). Lei n.º 13.684, de 21 de junho de 2018. **Dispõe sobre medidas de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária**. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/Lei/L13684.htm. Acesso em: 02 nov. 2023.

BRASIL (2011). Lei n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011. **Lei de Acesso à Informação**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 02 nov. 2023.

BRASIL (2018). Medida Provisória n.º 820, de 15 de fevereiro de 2018. **Dispõe sobre medidas de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária**.

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/mpv/mpv820.htm. Acesso em: 02 nov. 2023.

BRASIL (2020). Ministério da Defesa. **Cerimônia realiza troca de comando da Operação Acolhida**. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/centrais-de>

conteudo/noticias/ultimas-noticias/cerimonia-realiza-troca-de-comando-da-operacao-acolhida. Acesso em: 02 nov. 2023.

CARTACAPITAL (2018). **Ao culpar venezuelanos, autoridades estimulam xenofobia, diz pesquisador**. Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/sociedade/ao-culpar-venezuelanos-autoridades-estimulam-xenofobia-diz-pesquisador/?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 17 dez. 2022.

OPERA MUNDI (2023). **A imigração venezuelana e uma duvidosa acolhida de Bolsonaro**. Disponível em: https://revistaopera.operamundi.uol.com.br/2023/01/18/a-imigracao-venezuelana-e-uma-duvidosa-acolhida-de-bolsonaro/?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 18 dez. 2024.

REFERÊNCIAS

BARBOZA, Túlio Pires. (2022). **Uma análise da Operação Acolhida sob a ótica da segurança humana**. Dissertação de Mestrado em Ciências Militares. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro.

CARVALHO FILHO, Antônio Oliveira. (2022). **A crise humanitária na Venezuela e a Operação Acolhida**: possíveis contribuições para a projeção do Brasil no cenário Internacional. Especialização em Ciências Militares. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro.

DARÓZ, Carlos; CELESTINO, Sabrina. (2022). **Operação Acolhida**: a força-tarefa logística humanitária e o apoio aos imigrantes venezuelanos. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército.

FRANCHI, Tássio. (2019). Operação Acolhida: A Atuação das Forças Armadas Brasileiras no Suporte aos Deslocados Venezuelanos. *Military Review*, jan. 2019, p. 11. Disponível em: <https://www.armyupress.army.mil/Journals/Edicao-Brasileira/Artigos-Exclusivamente-On-line/Artigos-Exclusivamente-On-line-de-2019/Operacao-Acolhida/>. Acesso em: 04 nov. 2023.

OLIVEIRA, Rafael Domingues de; SIMÕES, Gustavo da Frota. (2023). A análise do papel da Operação Acolhida na expressão psicossocial do Poder Nacional diante dos impactos da imigração venezuelana no município de Pacaraima-RR. In: LUDWIG, Fernando José; FRANCHI, Tássio; NETO, Tomaz Esposito. **Defesa Nacional, Fronteiras e Migrações: estudos sobre Segurança Integrada e Ajuda Humanitária**. 1. ed. – Curitiba: Appris.

PINHEIRO, Christiano Marins Anselmo. (2022). **Os principais desafios encontrados pelos 7.º e 8.º Contingentes de Operação Acolhida, no contexto da chegada da pandemia da COVID-19**. Especialização em Ciências Militares - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro.

Submissão: setembro de 2025. Aceite: outubro de 2025. Publicação: janeiro de 2026.